



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E SERVIÇOS GERAIS
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DE AQUISIÇÕES

ESTUDOS PRELIMINARES

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo: 60585.001001/2021-11

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A demanda apresentada pela Seção de Gestão Alimentar (SEGAL), tem como objetivo à aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP a granel, para suprir os refeitórios do Ministério da Defesa, com a finalidade de possibilitar a confecção da alimentação necessária para atender ao efetivo de servidores civis e militares lotados na Administração Central do Ministério da Defesa - ACMD e no Anexo I do Bloco – “O” pelo período de um ano.

2.1.1. Os refeitórios do subsolo foram terceirizados a partir de 01/06/19 e esta aquisição justifica-se pela necessidade de abastecer o refeitório do 6º andar que não foi contemplado na terceirização. Assim, o valor mensal correspondente ao gás consumido pela empresa terceirizada será ressarcido ao fundo do Ministério da Defesa.

3. ÁREA REQUISITANTE

Seção de Gestão Alimentar - SEGAL

Responsável: SC FERNANDO JOSÉ PASCOAL

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

4.1. A descrição dos requisitos para a escolha da solução, abrange a contratação de empresa especializada no fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP a granel, para suprir os refeitórios do Ministério da Defesa, com a finalidade de possibilitar a confecção da alimentação necessária para atender ao efetivo de servidores civis e militares lotados na Administração Central do Ministério da Defesa - ACMD e no Anexo I do Bloco – “O” pelo período de um ano.

4.1.1. os requisitos indispensáveis para atendimento da demanda, estão dispostos na própria especificação técnica do item, incluindo padrões mínimos de qualidade para a aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - a granel, Tipo GLP propano-butano, pressão vapor 17,34 kgf/cm², teor máximo enxofre volátil 0,36 g/m³, corrosividade Máxima 1, Composição Propano 30, Normas Técnicas NBR 8461 E 8460)

4.2. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitante deverá comprovar que os seus itens apresentem o critério de sustentabilidade ambiental abaixo discriminado:

4.2.1. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.2.2. para o item abaixo relacionado, cuja atividade de fabricação ou industrialização está enquadrada nos Anexos da Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 11/2018, só será admitida a oferta do produto se o FABRICANTE estiver regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981 e legislação correlata (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020):

Item	Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP.
1	De acordo com o Anexo I da IN nº 11/IBAMA/2018 o fabricante deverá apresentar o certificado de regularidade emitido pelo IBAMA (CTF), conforme sua categoria de cadastro de atividade.

4.3. A conformidade com o solicitado no subitem 4.2.2. se dará por certidão emitida pelo IBAMA; o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta, o comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020).

4.3.1. a apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta “on line” ao sítio oficial do IBAMA, imprimindo-o e anexando-o ao Processo; e

4.3.2. caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA PROSPECÇÃO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÕES, PODENDO, ENTRE OUTRAS OPÇÕES:

A) SER CONSIDERADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES, COM OBJETIVO DE IDENTIFICAR A EXISTÊNCIA DE NOVAS METODOLOGIAS, TECNOLOGIAS OU INOVAÇÕES QUE MELHOR ATENDAM ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO; E

5.A. No Levantamento de mercado, realizado por meio do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet) do Ministério da Economia, acessado em 18 de maio de 2021, às 14h30min no seguinte endereço: <http://comprasnet.gov.br/Livre/Ata/ConsultaAta00.asp>, constatou-se que é comum a aquisição dos materiais, através da realização de pregões eletrônicos como pode ser observado nos pregões abaixo, que contém itens com características similares ao pretendido neste instrumento:

5.A.1. Ata - Consulta Atas de Registros de Preços

Período Pesquisado - 01/07/2020 até 19/05/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR	UASG GERENCIADORA	LICITAÇÃO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160186 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO DO QGEX	Pregão 00003/2020	22/07/2020 22/07/2021
52131 - COMANDO DA MARINHA	787000 - MM/COMANDO DO 7 DISTRITO NAVAL/DF	Pregão 00004/2020	25/09/2020 25/09/2021
20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	110001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Pregão 00027/2020	07/10/2020 07/10/2021
52000 - MINISTERIO DEFESA	110404 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	Pregão 00038/2020	14/10/2020 14/10/2021
52000 - MINISTERIO DEFESA	112408 - HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS	Pregão 00004/2021	12/02/2021 12/02/2022
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160528 - BASE ADMINISTRATIVA DO CCOMGEX	Pregão 00005/2021	26/03/2021 26/03/2022

5.A.2. Da análise das contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, certifica-se que não foi identificada a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades desta Administração.

5.1. Para a obtenção dos valores Máximos Aceitáveis, utilizou-se como levantamento de mercado os dados obtidos pelo Núcleo de Pesquisa de Preços, resultantes do Mapa Comparativo dos Preços (3774694) e posterior Análises Críticas das Pesquisa de Preços NUPP (3776438) as quais utilizaram a seguinte METODOLOGIA:

5.1.1. Para identificar os preços praticados no mercado foi adotado o critério de “CESTA DE PREÇOS ACEITÁVEIS”, para a estimativa de preços visando subsidiar o valor de referência, por meio de fontes diferenciadas de pesquisas as quais sejam capazes de representar o mercado, com base nos parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa nº73/Ministério da Economia, de 5 de agosto de 2020.

5.1.2. A pesquisa foi realizada obedecendo aos parâmetros previstos nos incisos I, II, III e IV, contidos no art. 5º da Instrução Normativa nº 73/Ministério da Economia, de 5 de agosto de 2020, quais sejam:

a) Parâmetro I - Portal de Compras Governamentais/Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/painel de preços, desde que as cotações se refiram, a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

b) Parâmetro II - Aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1(um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

c) Parâmetro III – pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

d) Parâmetro IV – pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

5.2. AMPLITUDE DA PESQUISA

5.2.1. Parâmetro I

De acordo com as pesquisas realizadas no Portal de Compras Governamentais/Painel de Preços utilizando o código CATMAT e especificações, ambos contidos no Termo de Referência (ID 3595658), foram encontrados registros com similaridade/igual, que atendem às especificações solicitadas pelo setor requisitante (ID 3766742).

5.2.2. Parâmetro II

Foram enviados duzentos e quarenta e-mails para Órgãos da Administração Pública Federal (ID 3766746), obtendo-se somente respostas negativas.

5.2.3. Parâmetro III

Nas pesquisas realizadas em sítios eletrônicos e por se tratar produto específico, não foram encontrados registros em sítios eletrônicos.

5.2.4. Parâmetro IV

Foram enviados cinquenta e um e-mails para fornecedores do ramo do objeto (ID 3766806), tendo sido, inclusive, solicitada atualização da proposta de preços à empresa Gasball, cujo orçamento foi anexado pelo setor demandante ao iniciar o processo (ID 3568964). Todavia, a empresa não respondeu à solicitação. Desta forma, foi obtido apenas um orçamento válido (ID 3766816), conforme Mapa Comparativo de Preços (ID 3774694).

EMPRESAS	VALIDADE DA PROPOSTA	DATA DA PROPOSTA	VENCIMENTO
Liquigás Distribuidora	180 dias	25/6/2021	24/12/2021

B) SER REALIZADA CONSULTA, AUDIÊNCIA PÚBLICA OU DIÁLOGO TRANSPARENTE COM POTENCIAIS CONTRATADAS, PARA COLETA DE CONTRIBUIÇÕES.

Não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições tendo em vista que a presente aquisição se trata de um material **comum**, de acordo com **Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei 10.520/2002**, e o quantitativo a ser adquirido ser facilmente disponibilizado pelo mercado.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO, ACOMPANHADA DAS JUSTIFICATIVAS TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO

6.1. Para este objeto, a solução abrange a contratação de empresa especializada no fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo- GLP a granel, através da realização de um pregão eletrônico, tendo como referência o modelo disponibilizado pela AGU - Termo de Referência - Modelo para compras - Pregão Eletrônico, Atualização: Outubro/2020, sendo balizado na legislação em vigor e com critérios objetivos de seleção do fornecedor a ser contratado.

6.2. Não se vislumbra, neste momento, vantagem e/ou necessidade da contratação de manutenção e de assistência técnica relacionada em decorrência da característica do produto a ser licitados.

6.3. Qualificação Técnica:

6.3.1. A licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

6.3.2. a soma dos atestados apresentados deverá comprovar o fornecimento de quantitativos, mínimos, equivalentes a **30% (trinta por cento)** da quantidade prevista para cada item deste Termo de Referência, conforme tabela abaixo. (Em conformidade com os Acórdãos nº 3.157/2004 - 1ª Câmara, 124/2002, 1.937/2003, 1.341/2006, 2.143/2007, 1.557/2009, 534/2011, 1.695/2011, 737/2012 - Plenário. Acórdão nº 1.052/2012 - Plenário, TC 004.871/2012-0 - Informativo sobre Licitações e Contratos nº 104/2012 - Tribunal de Contas da União).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	UND.	QUANTITATIVO MÍNIMO
1	Gás Liquefeito de Petróleo – GLP a granel	kg	4200

6.3.3. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos documentos apresentados, devendo conter no mínimo:

6.3.3.1. CNPJ da licitante;

6.3.3.2. Nome completo, telefone e assinatura do responsável pela sua emissão e CNPJ e Razão Social da empresa.

6.3.4. Estimativa de requisição mínima e máxima para solicitação de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP a granel, a ser utilizado nos refeitórios do Ministério da Defesa:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND	REQ. MÍNIMA	REQ. MÁXIMA
1	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)	KG	1.000	3.600

6.3.5. A estimativa de requisição mínima e máxima para solicitação de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) a granel, considera que os refeitórios do MD possuem capacidade total de armazenamento de 4.000 Kg de GLP.

6.3.6. Não há necessidade de instalação de quaisquer equipamentos por parte da contratada para armazenamento do gás a granel.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA

7.1. Em observância ao disposto no Art. 15, § 7º, II, da Lei nº 8.666/93, as quantidades a serem adquiridas são justificadas em função do consumo e provável utilização. A referida quantidade foi obtida, a partir de fatos concretos, série histórica do consumo, sendo ainda observada a ocorrência da pandemia do COVID, que impactou no quantitativo demandado.

7.2. O planejamento da aquisição levou em consideração o histórico de consumo do período de maio de 2020 a abril de 2021, visando garantir o quantitativo necessário para atendimento de 12 (doze) meses;

7.3. O quantitativo estimado para o PE SRP 38/2020, no processo 60585.001810/2020-33, foi de 17.000 kg de Gás Liquefeito de Petróleo e considerou o período de 13 meses.

7.4. A previsão atual considera o período de 12 (doze) meses e tem a quantidade estimativa de consumo reduzida para 14.000Kg de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP a granel.

7.5. Quadro demonstrativo de consumo e previsão de aquisição:

Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID. FORN.	CONSUMO MAIO 2020/ 2021											
			MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR
1	Gás Liquefeito De Petróleo – GLP - A Granel, Tipo GLP propano-butano, pressão vapor 17,34 kgf/cm², teor máximo enxofre volátil 0,36 g/m3, corrosividade Máxima 1, Composição Propano 30, Normas Técnicas NBR 8461 E 8460.	Kg	3.013,60				2499,30			3.578,10				2932,60

HISTÓRICO DE CONSUMO EM 2020/2021	QUANTIDADE LICITADA EM 2020/2021	QUANTIDADE PREVISTA PARA 2021/2022	VALOR ATUAL ESTIMADO R\$
12.023,60	17.000	14.000	R\$ 115.780,00

(*) Estimativa realizada pelo Setor Demandante extraído do DFD nº 4 SEGAL-MD (3568416)

7.6. Está sendo proposto um aumento de 16,5% em relação ao histórico de consumo de maio de 2020 a abril de 2021, considerando o estado de calamidade pública por ocasião da pandemia do COVID-19, visando garantir o quantitativo necessário para atendimento de doze meses;

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO

8.1. A estimativa do valor da contratação, quantidades, especificações e valor máximo aceitável desta contratação são as constantes do quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	CATMAT	UND.	QUANT	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	
					UNITÁRIO	TOTAL
1	Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, Tipo GLP propano-butano, pressão vapor 17,34 kgf/cm², teor máximo enxofre volátil 0,36 g/m³, corrosividade Máxima 1, Composição Propano 30, Normas Técnicas NBR 8461 E 8460 – A GRANEL	461651	KG	14.000	8,27	115.780,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO GERAL R\$						R\$ 115.780,00

8.2. As memórias de cálculos acompanhadas dos preços referências (Máximo Aceitável), conforme prescreve o inc. VI, do art. 7º da IN 40/2020, são aquelas elaboradas através do Mapa Comparativo dos Preços (3774694) e posterior Análise Crítica dos Preços (3776438), realizada pelo Núcleo de Pesquisa de Preços – NUPP, deste Ministério.

8.3. Quanto ao sigilo do valor da aquisição até a conclusão da licitação (inciso VI do art. 7º IN 40/2020), conclui-se que não se faz necessário, uma vez que a divulgação dos valores estimados podem auxiliar os licitantes na elaboração de suas propostas de preços.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL

9.1. Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, as obras, serviços e compras efetuadas pela administração deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2. A despeito disso, o decreto nº 7.892/2013, em seu art. 8º, previu a possibilidade de divisão do objeto em lotes: “Art. 8º O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.”

9.3. O presente processo, foi elaborado com base no processo (60585.001810/2020-33) que possibilitou a execução do PE SRP 38/2020 com êxito, tendo sido emitido em 16 de outubro de 2020 a Nota de Empenho 2020NE800860 tipo GLOBAL à empresa GASBALL ARMAZENADORA E DISTRIBUIDORA LTDA, no valor R\$ 69.190,00 equivalente a quantidade de 17.000Kg de GLP a granel.

9.3.1. Desse modo foram consultados os diversos documentos que fizeram parte daquele processo a fim de chegar a modelagem adequada para o certame. Assim, conclui-se que não haverá a previsão da cota reservada para ME/EPP, tendo em vista que na Pesquisa de Preço, conforme Mapa Comparativo ID (3774694) não foi encontrada empresa ME/EPP, corroborando com as informações mencionadas o art. 49, II e III, da LC nº 123/06, ampara esta decisão.

9.4. Natureza do objeto: O objeto deste instrumento quanto ao seu tipo, é comum, por ser possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, conforme Parágrafo Único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002.

9.5. Com base nos incisos I e II do art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013, será utilizado o Sistema de Registro de Preços conforme abaixo transcrito:

*“I - quando, pelas características do bem ou serviço, **houver necessidade de contratações frequentes**;*

*II - quando for conveniente a aquisição de bens com **previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;”* grifo nosso.

9.6. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) na presente aquisição se justifica pela necessidade de contratações frequentes e parceladas em função da limitação de central de GLP que atende aos refeitórios do MD e possui capacidade máxima de armazenamento de 4.000 Kg de GLP. Também se justifica pelo fato de não ser possível definir com precisão e segurança o quantitativo de GLP utilizado mensalmente ou anualmente, em função da pandemia do COVID-19 que restringe o acesso de pessoas nos refeitórios e pode acabar em breve ou se estender por tempo indeterminado.

9.7. Opção de aquisição por: Menor preço por item.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. O presente processo tem a finalidade de suprir a necessidade de abastecimento de GLP a granel nos refeitórios do Ministério da Defesa. Como contratação correlata e interdependente há o processo (60585.001810/2020-33) realizado em 2020 para atender a demanda apresentada através do DFD 5 da Seção de Gestão Alimentar (2559244). Neste sentido o PE SRP 38/2020, logrou êxito, sendo que em 16 de outubro de 2020 foi emitida a Nota de Empenho 2020NE800860 tipo GLOBAL à empresa GASBALL ARMAZENADORA E DISTRIBUIDORA LTDA, no valor R\$ 69.190,00 equivalente a quantidade de 17.000Kg de GLP a granel.

10.2. Desse modo, o presente processo para aquisição de GLP a granel tem como base o processo supracitado, visando o mesmo êxito daquela contratação.

11. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, IDENTIFICANDO A PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES OU, SE FOR O CASO, JUSTIFICANDO A AUSÊNCIA DE PREVISÃO

11.1. De acordo com o art. 11 da Instrução Normativa nº 1, do Ministério da Economia, de 10 de janeiro de 2019, durante a sua execução, o PAC poderá ser alterado mediante aprovação da autoridade máxima, ou a quem, esta delegar e posterior envio ao Ministério da Economia, por meio do Sistema PGC.

11.2. O Gás Liquefeito de Petróleo – GLP a granel, foi incluído no itens nº 1.964 no Sistema PGC, no valor total estimado de **R\$ 115.780,00** (cento e quinze mil, setecentos e oitenta reais) conforme Mapa Comparativo (ID 3774694).

12. RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

12.1. O *ganhos diretos e indiretos que se almeja com a contratação* consiste em suprir os refeitórios do Ministério da Defesa, com a finalidade de possibilitar a confecção da alimentação necessária para atender ao efetivo de servidores civis e militares lotados na Administração Central do Ministério da Defesa - ACMD e no Anexo I do Bloco – “O” pelo período de um ano.

12.2. Em se tratando de Desenvolvimento Nacional Sustentável, efetivamente foi previsto conforme item 4.2.2. a aquisição de bens que atendam ao art. 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/SLTI/MPOG/2010 e somente deverá ser admitida a oferta do produto se o **fabricante** estiver regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981 e legislação correlata (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020).

12.3. Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

12.4. Do exposto, de forma indireta, com a previsão do CTF, esta administração visa adquirir produtos que objetivam diminuir ou até mesmo eliminar os impactos ao meio ambiente. Essas atitudes buscam preservar os recursos naturais, mantendo o equilíbrio ecológico em nosso planeta. Estas práticas estão diretamente relacionadas a diminuição da poluição, incentivo à reciclagem e eliminação do desperdício.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL OU ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DA ORGANIZAÇÃO

13.1. Não serão necessárias providências para a capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, tendo em vista que se trata de uma aquisição de bens comuns.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

14.1. Com a finalidade de mitigar os possíveis impactos ambientais negativos e buscando sanar os riscos ambientais existentes, esta administração realizou a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental, conforme minudenciado no subitem 4.2. deste instrumento.

14.2. No subitem 4.2.2. deste instrumento, foi previsto que a oferta de para os itens, cuja atividade de fabricação ou industrialização está enquadrada nos Anexos da Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 11/2018, só será admitida a oferta do produto se o **FABRICANTE** estiver regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/AP), instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981 e legislação correlata (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020).

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Esta Equipe de Planejamento da Contratação declara a viabilidade e a razoabilidade da aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP a granel, para suprir os refeitórios do Ministério da Defesa, com a finalidade de possibilitar a confecção da alimentação necessária para atender ao efetivo de servidores civis e militares lotados na Administração Central do Ministério da Defesa - ACMD e no Anexo I do Bloco – “O” pelo período de um ano, com base nos elementos expostos neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

15.2. De acordo com a Portaria DEADI/SEORI/SG-MD Nº 2243, de 19 de maio de 2021 (3583466), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 20, de 21 de maio de 2021, (3565684) foi designada a equipe de planejamento da contratação conforme segue:

15.2.1. na condição de integrante requisitante: servidor FERNANDO JOSÉ PASCOAL, CPF: ***.700.901-**, lotado na Seção de Gestão Alimentar (SEGAL) do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais (DESEG);

15.2.2. na condição de integrante administrativo: ST ADELAR NUNES SAUCEDO, CPF ***.531.500-**, lotado na Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ/DESEG); e

15.2.3. na condição de integrante técnico: SO (MB) FRANCINETO TOMAZ DA SILVA, CPF: ***.169.451-**, lotada na SEGAL/DESEG.

16. RESPONSÁVEIS

FERNANDO JOSÉ PASCOAL
Integrante Requisitante

FRANCINETO TOMAZ DA SILVA – SO
Integrante Técnico

ADELAR NUNES SAUCEDO - STen (EB)
Integrante Administrativo

Aprovo, de acordo com o Inciso II do art. 14 do Decreto nº 10.024/2019.

ODILON MAZZINI JUNIOR
Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais

GERENCIAMENTO DE RISCOS

INTRODUÇÃO

Esta etapa tem por objetivo descrever, analisar e tratar os riscos e ameaças que possam vir a comprometer o sucesso em todas as fases desta contratação.

1 - RISCOS DA AQUISIÇÃO:

1.1. Identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Estudo Técnico Preliminar, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação, são estes:

1.1.1. Impugnação do procedimento licitatório, causando o atraso na contratação ou o seu cancelamento (§ 1º, art. 41, Lei nº 8.666, de 1993).

1.1.2. Atrasos decorrentes de adequações necessárias às demandadas pelos setores internos: Coordenação de Licitação (COLIC) e Consultoria Jurídica (CONJUR).

1.1.3. Licitações com itens desertos por motivos de critérios ambientais.

1.2 - Avaliação dos riscos identificados, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco.

1.3 - Tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências.

1.4 - Para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, definição das ações de contingência para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem.

1.5 - Definição dos responsáveis pelas ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.

1.6 - A responsabilidade pela atualização do Gerenciamento de Riscos nas fases que abrangem os Estudos Preliminares e o Termo de Referência é de competência da equipe de Planejamento da Aquisição; na fase de seleção do fornecedor da Coordenação de Licitações e Contratos; e após eventos relevantes, durante a gestão do contrato pelos servidores responsáveis pela fiscalização.

2 - POSSIBILIDADES E DANOS:

Identificação das possibilidades de ocorrência e dos danos potenciais a cada risco identificado:

FASE DE ANÁLISE			
(X) Planejamento da Aquisição e Seleção do Fornecedor			
() Gestão do Contrato			
RISCO 1			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Id	Dano		
1	Impugnação do procedimento licitatório, causando o atraso na contratação ou o seu cancelamento (§ 1º, art. 41, Lei nº 8.666, de 1993).		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1	Anular o risco por meio de adequações técnicas que se fizerem necessárias.		Demandante.
2	Anular o risco por meio de adequações jurídicas que se fizerem necessárias.		Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).
Id	Ação de Contingência		Responsável
1	Realizar as correções necessárias para o prosseguimento do processo.		Demandante e ASPLAQ.
2	Responder a impugnação caso seja de caráter técnico.		Coordenação de Licitação (COLIC), Demandante e ASPLAQ.

RISCO 2			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Id	Dano		
1	Atrasos decorrentes de adequações necessárias às demandadas pelos setores internos: Coordenação de Licitação (COLIC) e Consultoria Jurídica (CONJUR).		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1	Analisar processos anteriores e análogos retirando as incoerências apresentadas.		ASPLAQ.
Id	Ação de Contingência		Responsável
1	Anular o risco por meio de ajustes no instrumento.		ASPLAQ.
2	Realizar as correções necessárias para prosseguimento do processo.		Demandante e ASPLAQ.
3	Habilitar fornecedor com capacidade técnica para a realização da contratação desejada.		Demandante e COLIC.

RISCO 3			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Id	Dano		
1	Licitações com itens desertos por motivos de critérios ambientais.		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1	Analisar processos anteriores e análogos, retirando as exigências do item que não foram atendidos.		ASPLAQ.
2	Incluir as exigências de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade –		ASPLAQ.

	CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020.	
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Excluir a exigência no item que apresente problema no fornecimento.	ASPLAQ.
2	Exigir atestado de capacidade técnica.	COLIC.

Analisado:

ADELAR NUNES SAUCEDO - ST
Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Fernando José Pascoal, Chefe**, em 20/08/2021, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Francineto Tomaz da Silva, Supervisor (a)**, em 20/08/2021, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Adelar Nunes Saucedo, Supervisor (a)**, em 20/08/2021, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Odilon Mazzini Junior, Diretor**, em 20/08/2021, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **3935636** e o código CRC **E7B23944**.